

Uma das virtudes da gestão do embaixador Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia foi recuperar a credibilidade da sociedade nos instrumentos de política econômica. Isso decorreu da sua disposição de respeitar, desde a primeira hora, a estabilidade das regras do jogo econômico.

A unicidade do comando contribuiu para os agentes econômicos se convencerem de que Marcílio Marques Moreira não adotaria mesmo pacotes ou choques heterodoxos, e seguiria com os instrumentos clássicos de política econômica. A resistência à tentação das mágicas econômicas ajudou muito a manter a governabilidade da economia durante os momentos cruciais da crise política gerada pelo pedido do *impeachment*.

A posse do governo Itamar Franco trouxe um primeiro momento de apreensão quanto aos rumos da economia, especialmente pelo desmembramento em duas da pasta da Economia. Temia-se a repetição das fricções do passado, quando os esforços de austeridade da Fazenda foram comprometidos pelo empenho dos gastos públicos liderado pelo Planejamento.

Mas o rápido afinamento de idéias demonstrado pelos ministros da Fazenda e Planejamento, Paulo Haddad e Gustavo Krause — que descartaram de pronto quaisquer propostas heroicas para a economia e defenderam a austeridade e o ajuste fiscal de emergência —, tranqüilizou os meios econômicos e financeiros nacionais e internacionais.

Sobretudo ficou claro que o governo não recuará das posições modernizadoras conquistadas nos últimos três anos, que envolvem a redução da presença do Estado na economia e medidas encorajadoras para que a iniciativa privada saia da sombra do Estado e assuma a liderança dos negócios, como é praxe nas economias de mercado do Primeiro Mundo.

Os empresários precisam assumir também a plenitude de suas funções de empreendedores, que pressupõe correr riscos. A redução da intervenção

estatal na regulamentação dos negócios — o que evita as constantes alterações das regras do jogo — ajuda a diminuir os riscos empresariais. Mas é preciso, em contrapartida, que os empresários se disponham à concorrência aberta e franca, que beneficia o consumidor pelo aumento da eficiência e a busca de produtos melhores e mais baratos.

A última decisão do governo, extinguindo alguns dos ranços da canhestra intervenção estatal na economia e no controle de preços (a Sunab, a Lei Delegada nº 4 e o Cade), na tentativa de disciplinar o indisciplinável capitalismo cartorial brasileiro, aponta claramente para a redução do poder dos cartéis e oligopólios na fixação dos preços.

A criação do Conselho de Defesa do Consumidor, se cumprir realmente a sua razão social de ser, pode imprimir o rumo da modernidade na correção de rota pretendida pelo presidente Itamar Franco, com o privilégio do bem-estar do cidadão e do consumidor sobre as estruturas econômicas. O Conselho pode dizer a que veio ao privilegiar o consumidor nas discussões setoriais que o governo pretende retomar com a indústria e os trabalhadores para a definição de acordos de reajustes de preços e salários consoante metas declinantes de inflação.

A explicitação de divergências com os ministros Krause e Haddad, feita imprudentemente pelo novo ministro da Indústria, Comércio e Turismo, senador José Eduardo de Andrade Vieira, foi uma nota destoante que não chega a comprometer a compreensão pela sociedade, especialmente dos agentes econômicos, quanto à firmeza do governo Itamar Franco na direção da austeridade fiscal e da modernidade social.

O presidente da República deixou claro que eventuais divergências de ordem interna não podem vir a público, para não serem interpretadas como sinal de ambiguidade na aplicação das regras do jogo. A unidade de pensamento do governo é, portanto, essencial à estabilidade.